

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR**

(CNPJ 23.453.830/0017-37)

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 Em Reais (R\$)				Demonstração do Superávit do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e do período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Nota	2019	Período de 08/03 a 31/12/2018	
						Reapresentado	
Circulante		21.795.659	11.325.531				
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.124.846	7.635.123				
Contas a receber	5	2.641.070	2.957.255				
Estoques		909.177	447.843				
Adiantamento funcionários		440	27.432				
Outros créditos		107.005	231.254				
Despesas antecipadas		13.122	26.624				
Não Circulante		6.875.361	5.297.767				
Partes relacionadas	8	1.850.000	650.000				
Imobilizado – gestão pública	6	4.620.171	4.119.146				
Intangível – gestão pública	7	405.190	528.621				
Total do Ativo		28.671.021	16.623.298				
Passivo							
	Nota	2019	2018				
Circulante		2.534.428	1.548.028				
Fornecedores	9	1.184.547	855.747				
Obrigações trabalhistas	10	940.755	341.110				
Obrigações sociais	11	153.001	105.164				
Obrigações fiscais		74.433	61.066				
Outras contas a pagar		2	4.698				
Partes Relacionadas	8	181.690	180.243				
Não Circulante		5.444.989	6.116.539				
Receitas diferidas	12	5.444.989	6.116.539				
Patrimônio Líquido	13	20.691.604	8.958.731				
Patrimônio social		8.963.429	-				
Superávit acumulado		11.728.175	8.958.731				
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		28.671.021	16.623.298				

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social		Superávit acumulado	Total
	2019	2018	2018	
Início das atividades em 08/03/2018	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	8.958.731	8.958.731
Em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	-	-	8.958.731	8.958.731
Incorporação ao Patrimônio Social	8.958.731	-	(8.958.731)	-
Ajustes patrimoniais	-	4.698	-	4.698
Superávit do exercício	-	-	11.728.175	11.728.175
Em 31 de dezembro de 2019	8.963.429	11.728.175	20.691.604	20.691.604

Fluxos de caixa de atividades operacionais	2018 - Reapresentada		2019	2018 - Reapresentada
	2019	2018		
Superávit do exercício	11.728.175	8.958.731		
Ajustes para conciliar o resultado:				
Depreciação/amortizações (=) Superávit ajustado	671.550	422.229	12.399.725	9.380.960
Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo			337.695	3.793.916
Redução / (Aumento) dos créditos - circulante	467.426	(3.215.941)		
Aumento de estoques	(461.334)	(447.843)		
Redução / (Aumento) das despesas exercício seguinte	13.502	(26.624)		
Aumento de fornecedores	328.800	855.747		
Aumento de obrigações trabalhistas	599.645	341.110		
Aumento de obrigações sociais	47.837	105.164		
Aumento de obrigações tributárias	13.367	61.066		
(Redução) / Aumento de outras obrigações	(4.696)	4.698		
(Redução) / Aumento das obrigações - não circulante	(671.550)	6.116.539		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 08 de Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b) **Contrato de Gestão:** O contrato de gestão do Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) foi firmado em 22 de novembro de 2017, porém as atividades foram iniciadas em 08 de março de 2018 e o atendimento ao público em 18 de junho de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato nº 002/SESPA/2017, vigente até 21 de novembro de 2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) **Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da Unidade. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: E constituída, quando aplicável, em

continua

continuação) montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2018:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do período de 2018, em virtude de ter concluído em 2019, pelo estorno da glosa de R\$ 1.345.553 reconhecida como redutora de receitas em 2018, porém não concretizada. Desta forma, o saldo de glosas, no resultado do período, e o saldo de contas a receber de 2018 foram impactados e reapresentados, considerando este estorno. Esta reapresentação está sendo realizada, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

					2019		2018	
					Caixa		Caixa	
					1.000	1.000		
Banco conta movimento					1.847.245	1.160.511		
Aplicações em CDB					16.276.601	6.473.612		
					18.124.846	7.635.123		
					2019		2018	
					Reapresentado		Reapresentado	
Contrato 002/2017 - SESP					2.641.070	2.957.255		
					2.641.070	2.957.255		

					Maqs. e eqptos		Mov. e Utensílios		Mov. Utens Hosp		Veículos		Eqptos Pedag.		Total	
					10%		10%		10%		20%		10%			
6. Imobilizado																
Contrato de Gestão																
Em 31 de dezembro 2018																
Saldo inicial					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição					122.736	1.211	15.475	27.072	2.398.243	1.332.815	87.256	364.831	103.204	4.452.843		
Depreciação					(3.745)	(24)	(516)	(725)	(162.167)	(96.813)	(2.543)	(60.035)	(7.129)	(333.697)		
Saldo final					118.991	1.187	14.959	26.347	2.236.076	1.236.002	84.713	304.796	96.075	4.119.146		
Em 31 de dezembro 2019																
Saldo inicial					118.991	1.187	14.959	26.347	2.236.076	1.236.002	84.713	304.796	96.075	4.119.146		
Aquisição					19.180	-	46.315	-	743.651	143.640	96.358	-	-	1.049.144		
Depreciação					(13.026)	(48)	(9.042)	(2.707)	(287.252)	(141.292)	(11.466)	(72.966)	(10.320)	(548.119)		
Saldo final					151.197	1.235	70.316	29.054	3.266.979	1.520.934	192.537	377.762	106.395	4.620.171		

7. Intangível

Contrato de Gestão		Direito de uso	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2018		20%	20%	
Saldo inicial		66.435	550.718	617.153
Aquisição		-	-	-
Depreciação		(3.513)	(85.019)	(88.532)
Saldo final		62.922	465.699	528.621
Em 31 de dezembro de 2019				
Saldo inicial		62.922	465.699	528.621
Aquisição		-	-	-
Depreciação		(13.287)	(110.144)	(123.431)
Saldo final		49.635	355.555	405.190

8. Partes Relacionadas: Em 2019, o montante a receber de R\$ 1.850.000,00 (R\$ 650.000,00 em 2018), refere-se a contas a receber com hospital relacionado sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 181.690 (R\$ 180.243 em 2018) refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

9. Fornecedores		2019	2018
Materiais e medicamentos		52.528	29.293
Serviços		672.086	336.445
Serviços médicos		333.142	476.719
Diversos		126.791	10.290
		1.184.547	855.747
10. Obrigações Trabalhistas		2019	2018
Ordenados e salários a pagar		430.839	6.612
Provisão de férias		472.349	309.721
Provisão FGTS s/férias		37.567	27.777
		940.755	341.110
11. Obrigações Sociais		2019	2018
INSS a recolher		40.828	27.911
FGTS a recolher		61.576	37.025
IRRF s/ folha a recolher		50.597	40.228
		153.001	105.164

12. Receitas Diferidas: Em 2019, foi utilizado no exercício de 2019 o montante de R\$ 1.049.144, sendo adquirido com a verba residual de 2018. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2019, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2019	2018
Imobilizado - contrato de gestão	5.501.987	4.452.843
Intangível - contrato de gestão	617.153	617.153
Total investido em ativo	6.119.140	5.069.996
Depreciação/amortização acumulada	(1.093.779)	(422.229)
Total imobilizado/intangível líquido	5.025.361	4.647.767
(+) Saldo para investimento	419.628	1.468.772
Receita diferida	5.444.989	6.116.539

13. Patrimônio Social: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão.

14. Receitas Operacionais		Período de 08/03 a 31/12/2018	
		Reapresentado	
		2019	2018
Receitas faturadas	35.487.057	20.450.202	20.450.202
Expectativa contratual de receitas	-	6.043.737	6.043.737
	35.487.057	26.493.939	26.493.939
(-) Glosa por implantação	-	(6.043.737)	(6.043.737)
	35.487.057	20.450.202	20.450.202
15. Despesas Gerais e Administrativas		Período de 08/03 a 31/12/2018	
		Reapresentado	
		2019	2018
Serviços de gestão	(1.670.246)	(1.147.180)	(1.147.180)
Energia elétrica	(556.083)	(331.951)	(331.951)
Aluguel de máquinas	(56.851)	(28.782)	(28.782)
Manutenção e conservação	(57.068)	(26.720)	(26.720)
Viagens e hospedagens	(151.568)	(226.958)	(226.958)
Outros	(509.207)	(313.002)	(313.002)
	(3.001.023)	(2.074.593)	(2.074.593)

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH** - Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR - Belém - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluindo, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preapro de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade

de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020.

Planners Auditores Independentes

CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam - Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018**Heitor Piovam**

Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

BENEFICIÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA

Table with columns for 2019 and 2018, detailing financial statements including Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante.

Table with columns for 2019 and 2018, detailing financial statements including Caixa Liq das At de Inves, ATIV.DE FINANCIAMENT, and Ativ Liv no Fin do Período.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Summary table showing Saldo em 31.12.2017, Saldo em 31.12.2018, and Saldo em 31.12.2019 with subtotals.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2019

Nota 1 Contexto Operacional
A BENEFICIÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA, entidade civil de caráter beneficente...
Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis...
Nota 3 Gratuidades/Atividade Assistencial...
Nota 4 Aplicação dos Recursos...
Nota 5 Contribuições...



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.

Protocolo: 535103